**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Locação de imóvel**

**CONTRATO Nº XX/20XX**

PROCESSO 23479.XXXXXX/20XX-XX

MODALIDADE Nº XX/20XX

**TERMO DE CONTRATO Nº ......../....,** QUE FAZEM ENTRE SI A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA** E A EMPRESA **.............................................................**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ — UNIFESSPA**, entidade autárquica, criada pela Lei Federal nº 12.824, de 5 de junho de 2013, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.657.063/0001-80, com sede na Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, bairro Nova Marabá, Marabá, PA, neste ato representado pelo seu reitor, **FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA,** nomeado pelo Decreto de 16 de setembro de 2024, publicado no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2024, Seção 2, página 1, doravante denominada **LOCATÁRIO**, e o(a) .............................., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *............................,* sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designado **LOCADORA**, neste ato representado(a) por ..................................,, *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº .............................. e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, *decorrente* *da Concorrência/Inexigibilidade n. .../...,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
	1. Este Termo de Contrato tem como objeto a locação de imóvel situado no endereço .................., bairro ..................., no Município de ...................., objeto da matrícula n° ................, do ....................° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de ................., para abrigar as instalações do ....................... *(unidade ou entidade do órgão locatário).*
	2. O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a respeitá-lo.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133, de 2021, o qual autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação quando restar comprovado que o imóvel é o único apto a atender as necessidades da Administração Pública.

OU

O presente Termo de Contrato é formalizado com base na Concorrência ..../20XX, conforme art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, por haver mais de um imóvel apto a atender as necessidades da Administração Pública.

1. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR
	1. O LOCADOR obriga-se a:
		1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e emestrita observância das especificações de sua proposta;
		2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento deordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO;
		3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
		4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
		5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
		6. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando darealização da vistoria;
		7. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitaçãogenérica;
		8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestascompreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não serefiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como:

obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como dasesquadrias externas;

obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas emdata anterior ao início da locação;

instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, deintercomunicação, de esporte e de lazer;

despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura dedespesas extraordinárias;

Fornecer, quando solicitado, ao LOCATÁRIO, informações sobre a composição da taxacondominial paga;

* + 1. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU), taxas,inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, bem como eventuais outros encargos incidentes sobre o imóvel cujo pagamento não incumba ao LOCATÁRIO;
		2. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de ***condicionadores de* *ar****,* ***combate a incêndio*** e ***rede de lógica***, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica,com laudo técnico atestando a adequação, segurança e funcionamento dos equipamentos;
		3. *Realizar a manutenção dos elevadores, geradores e ar-condicionado, às suas* **e***xpensas;*
	1. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificaçãoexigidas no processo de contratação;
		1. Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo;
		2. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamentodo prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;
		3. Notificar o LOCATÁRIO, no caso de alienação do imóvel/espaço físico durante avigência deste Contrato, para o exercício do direito de preferência na compra, devendo esta manifestar seu interesse no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação;
		4. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com aapresentação da documentação correspondente.
1. CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO
	1. O LOCATÁRIO obriga-se a:
		1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo deContrato;
		2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a naturezadeste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
			1. É vedada a sublocação, o empréstimo ou cessão do referido imóvel/espaço físico,em parte ou no seu todo, sem autorização do LOCADOR;
		3. Realizar vistoria do imóvel, antes do recebimento das chaves, para fins de verificaçãominuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;
		4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conformedocumento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
			1. Os vícios e/ou defeitos que não constarem no Termo de Vistoria feito na devoluçãodo imóvel serão de responsabilidade do LOCADOR.
			2. Quando da devolução do imóvel/espaço físico, o LOCATÁRIO poderá efetuar, emsubstituição a sua recuperação, pagamento a título de indenização, com base no termo de vistoria a ser confrontado com aquele firmado no recebimento do imóvel/espaço físico, desde que existam recursos orçamentários e que seja aprovado pela autoridade competente, além da concordância do LOCADOR, inclusive quanto ao valor a lhe ser indenizado.
		5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bemcomo as eventuais turbações de terceiros;
		6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendoassegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.245, de 1991;
		7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações,provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
		8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e porescrito do LOCADOR, salvo as adaptações consideradas convenientes ao desempenho das suas atividades;
		9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos eencargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;
		10. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias àsua administração, como:

**a.** salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dosempregados do condomínio;

**b.** consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;

**c.** limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;

***d.*** *manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos,**mecânicos e de segurança, de uso comum;*

***e.*** *manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum**destinados à prática de esportes e lazer;*

***f.*** *manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;*

**g.** pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de usocomum;

**h.** rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;

**i.** reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio oucomplementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.

* + - 1. O LOCATÁRIO somente ficará obrigado ao pagamento das despesas ordinárias decondomínio caso sejam comprovadas a previsão orçamentária e o rateio mensal, podendo exigir a qualquer tempo tal comprovação.
		1. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) eágua e esgoto;
		2. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, medianteprévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;
		3. Pagar quaisquer multas ou penalidades que venham a ser aplicadas, ou intimações quevenham a ser feitas pelos poderes públicos em virtude de desrespeito às leis federais, estaduais ou municipais, no que se refere à utilização do imóvel/espaço físico locado
		4. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos.
		5. Levar o presente contrato de locação a registro no Cartório de Registro de Imóveiscompetente.
	1. O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada peloLOCADOR, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.
1. CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO
	1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas peloLOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.
		1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadaspelo LOCADOR, serão indenizáveis mediante desconto mensal no aluguel ou retenção, na forma do art. 35 da Lei nº 8.245/91.
	2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofreconstruído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.
2. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL
	1. O valor do aluguel mensal é de R$ ***[0,00]*** (***valor por extenso***), perfazendo o valor total de R$ ***[0,00]*** (***valor por extenso***).
	2. As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre oimóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente ao LOCATÁRIO, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.
		1. O acertamento desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após adata de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acertamento preferencialmente no pagamento do último aluguel.
3. CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**Da Liquidação**

* 1. Apresentado o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
		1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art75).
	2. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.
	3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art68)
	4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-26-de-abril-de-2018)).
	5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
	6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o LOCATÁRIO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	7. Persistindo a irregularidade, o LOCATÁRIO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
	8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Do Pagamento**

* 1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](https://in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-seges/me-n-77-de-4-de-novembro-de-2022-441681061).
	2. No caso de atraso pelo LOCATÁRIO, os valores devidos ao LOCADOR serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **[indicar o índice]** de correção monetária.
	3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
	4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
	5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
		1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
1. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
	1. O prazo de vigência do contrato será de*.............****(.........) meses/anos****,*com início na data de................(..........) e encerramento em .............(..........), nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos.
		1. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

A prorrogação de que trata este item é condicionada à comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o LOCADOR, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**a.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que a locação tenha transcorrido regularmente;

**b.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na locação;

**c.** Haja manifestação expressa do LOCADOR informando o interesse na prorrogação;

**d.** Seja comprovado que o LOCADOR mantém as condições iniciais de habilitação.

O LOCADOR não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o LOCADOR tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

* + 1. Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicaçãoescrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de ........... ***(........) dias*** da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.
1. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO
	1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, naforma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.
2. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE
	1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da avaliação do imóvel, em *\_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA)*.
	2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contrato, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ***(Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M*** ***ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI)***, ou outro que venha substituí-lo,divulgado pela ***Fundação Getúlio Vargas*** ***–*** ***FGV****,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
	3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
	4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
	5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
	6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
	7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
	8. O reajuste será realizado por apostilamento.
	9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio demercado para a presente locação, a LOCADORA aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.
3. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicosconsignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

1. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO
	1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante daLOCATÁRIA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.
		1. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execuçãodo contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
		2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contratodeverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
		3. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução docontrato.
2. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES
	1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
	2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
	3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136).
3. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
	1. Serão aplicáveis às partes as seguintes sanções:
		* 1. MultaMoratória de .....% (..... por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso no pagamento pela LOCATÁRIA do aluguel, até o limite de ...... (.......) dias;
			2. Multa Compensatória de .....% (..... por cento) sobre o valor do contrato caso o atraso no aluguel supere o limite do item (1);
			3. Multa Compensatória ....% a ...% do valor do Contrato em razão de descumprimento de obrigação contratual, por ocorrência, salvo no caso de atraso no pagamento de aluguel, objeto das multas dos itens 1 e 2.
		1. A aplicação da multa do item 2 acima afasta a do item 1.
	2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado.
	3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
	4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo LOCATÁRIO ao LOCADOR, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
	5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida pela parte administrativamente no prazo máximo de *XX (XXXX)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada.
	6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.
	7. Na aplicação das sanções serão considerados:
4. a natureza e a gravidade da infração cometida;
5. as peculiaridades do caso concreto;
6. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
7. os danos que dela provierem.
	1. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei (art. 159](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art159)).
	2. Os débitos do LOCADOR para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-26-de-13-de-abril-de-2022).
8. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
	1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
	2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
		1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art138) da mesma Lei.
		2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
			1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
	3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
		1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
		2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
		3. Indenizações e multas.
	4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131)
	5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art14iv)).
9. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
	1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ãopelas disposições contidas na Lei n° 8.245, de 1991, e na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.
10. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
	1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art94), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#art8§2), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#art7§3)
11. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO
	1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato.

<*ASSINATURA VIA CERTIFICADO DIGITAL>*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa***Reitor da UnifesspaP/ CONTRATANTE |  | P/ CONTRATADA |